

PROGRAMA SOCIAL

Câmara aprova MP do Gás do Povo

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a Medida Provisória (MP) que instituiu o programa Gás do Povo, que assegura gratuidade no botijão de gás de cozinha (GLP) de 13 quilos (kg) a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e desde que tenha ren-

da per capita de até meio salário mínimo. Foram 415 votos a favor e 29 contra. A MP, cuja validade termina em 11 de fevereiro, segue agora para votação no Senado. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Gás do Povo deve estar em

pleno funcionamento em março, quando 15 milhões de famílias serão beneficiadas. O programa pretende combater a pobreza energética, definida como a dificuldade de uma família em ter acesso a serviços de energia essenciais e modernos, como iluminação e energia para cozinhar.

Especial

Seguro fiança
locatícia cresce
com avanço do
aluguel

PÁGINA 5

BC/Focus

Mercado reduz
previsão da
inflação para
3,99% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 4% para 3,99% em 2026. A estimativa foi publicada ontem no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. **PÁGINA 2**

BOMBAS CASEIRAS

Polícia prende
grupo que
iria cometer
atentado no RJ

A Polícia Civil do Rio apreendeu bombas de fabricação caseira com integrantes de um grupo que, segundo as investigações, se preparava para realizar atentados durante uma manifestação. O ato estava marcado para as 14h de ontem, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa (Alerj). A ação foi conduzida pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), que cumpriu 17 mandados de busca e apreensão em endereços na capital, região metropolitana do Rio e no interior do estado. **PÁGINA 5**

CONGRESSO

Lula deverá enviar projeto de
fim da escala 6x1 com urgência



RICARDO STUCKERT

O governo tem pressa para a votação da proposta que prevê o fim da jornada de trabalho 6x1, bandeira da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) à reeleição, e por isso deve enviar à Câmara um projeto de lei em regime de urgência constitucional. Esta é a alternativa em estudo no Palácio do Planalto para apressar a análise do tema. "Estamos avaliando essa possibilidade, sim", disse a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A Constituição determina que um projeto em regime de urgência deve tramitar em até 45 dias na Câmara e mais 45 dias no Senado. O governo teme que o escândalo do Banco Master, com suas conexões políticas, atrapalhe as votações no Congresso neste ano eleitoral, que é mais curto. No segundo semestre, deputados e senadores devem fazer uma espécie de recesso branco para se dedicar às suas campanhas. Na mensagem enviada por Lula ao Congresso ontem, com as prioridades do governo para 2026, o fim da escala 6x1 consta como um dos "desafios" do Executivo ao lado de outros projetos, como o da regulação do trabalho por aplicativos e a PEC da Segurança Pública. Atualmente, quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei tramitam no Congresso sobre o assunto, mas não há acordo sobre a carga horária semanal de trabalho, por exemplo. "Acho que é melhor tentarmos juntar as propostas e enviar um novo texto", afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). **PÁGINA 3**

COMPORTAMENTO



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Cármén Lúcia será
relatora de Código
de Ética do STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, anunciou ontem que a ministra Cámen Lúcia (**foto**) será relatora da proposta de criação de um código de ética para os integrantes da Corte. Fachin discursou durante a sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2026, cerimônia que marca a abertura dos trabalhos após o período de recesso. O ministro disse que as instituições têm desafios para se manterem íntegras e com legitimidade. "Momentos de adversidade exigem mais do que discurso, pedem responsabilidade institucional, clareza de limites e fidelidade absoluta à Constituição da República." O presidente do STF afirmou que os ministros "respondem pelas escolhas que fazem" e que o é momento é de "autocorreção". **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,77% / 182.765,80 / 1.401,90 / Volume: 27.954.753.426 / Negócios: 4.072.686										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,41% (jan.)	EURO turismo					
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,20% (jan.)	Compra: 6,2771	Venda: 6,4571		
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%									
GOLL54	11,37	0,00	0,00	MWET4	13,50	+56,61	+4,88	FICT3	0,70	-38,60	-0,44	S&P 500	6.976,44	+0,54									
RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	MRSA3B	42,80	+9,74	+3,80	SEQL3	1,310	-22,94	-0,390	NASDAQ Composite	23.592,107	+0,56									
PETR4	37,24	-1,38	-0,52	BIOM3	6,74	+9,59	+0,59	JFEN3	1,01	-9,82	-0,11	Nasdaq 100	25.738,613	+0,73									
B3SA3	16,35	+1,24	+0,20	TCSA3	1,63	+8,67	+0,13	BMIN4	19,05	-9,07	-1,90	Euronext 100	1.783,36	+0,69									
CVCB3	2,49	-4,96	-0,13	ODPV3	12,12	+7,83	+0,88	RAIZ4	0,940	-8,74	-0,090	CAC 40	8.181,17	+0,67									
														Dow Jones		49.407,66	+1,05						
														S&P 500		6.976,44	+0,54						
														NASDAQ Composite		23.592,107	+0,56						
														Nasdaq 100		25.738,613	+0,73						
														Euronext 100		1.783,36	+0,69						
														CAC 40		8.181,17	+0,67						

MERCADOS

Com NY, Bolsa ganha força e sobe 0,79%, aos 182,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou a primeira sessão de fevereiro acima dos 182 mil pontos, ganhando força perto do fechamento, com Nova York, após duas sessões de moderada correção ante os níveis recordes vistos desde meados de janeiro. Oscilou entre mínima de 181.347,63 e máxima de 182.889,95 pontos, tendo saído de abertura aos 181.369,00 pontos. Ao fim, marcava 182.793,40 pontos, em alta de 0,79%, com giro a R\$ 28,6 bilhões, em nível ainda sólido, mas já um pouco mais acomodado em relação ao que se observou em janeiro, quando superou a linha de R\$ 30 bilhões em diversas sessões. No ano, o Ibovespa (Índice Bovespa) progrediu 13,45%.

A abertura de fevereiro foi majoritariamente positiva para as blue chips, à exceção de Petrobras (ON -1,98%, PN -1,38%), que não conseguiu se descolar da queda dos contratos futuros da commodity em Londres e Nova York, em baixa na casa de 5% na sessão. A correção decorre da redução de tensões entre EUA e Irã, além de avanço nas negociações entre Rússia e Ucrânia para alcançar cessar-fogo. Estiveram ainda no radar o dólar forte e a manutenção dos níveis de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+), no fim de semana.

Por outro lado, as ações de bancos e do setor metálico subiram em bloco ontem, mos-

trando um pouco mais de força do meio para o fim da tarde, o que contribuiu para firmar o Ibovespa na casa dos 182 mil pontos.

Em Nova York, os principais índices de ações subiram até 1,05% (Dow Jones) na sessão. O dólar à vista teve alta de 0,22%, perto da casa de R\$ 5,26 no fechamento. Na B3, Vale ON subiu 0,59% e os ganhos entre os principais bancos chegaram a 1,38% (Santander Unit) e a 1,95% (BTG Unit) no encerramento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Direcional (+6,59%), Cury (+5,44%) e C&A (+4,36%). No lado oposto, Raízen (-8,74%), PetroReconcavo (-3,19%) e Brava (-2,59%).

DÓLAR

O dólar apresentou leve alta ontem, alinhado ao avanço da moeda americana no exterior, embora algumas divisas latino-americanas tenham se apreciado. Operadores atribuíram o escoregão do real a um movimento de realização de lucros após o rali de janeiro, em ambiente marcado por queda de mais de 4% do petróleo com a diminuição das tensões entre Estados Unidos e Irã.

Tirando uma queda pontual e bem limitada na primeira hora de negócios, quando registrou mínima de R\$ 5,237, a moeda americana trabalhou em terreno positivo no restante do dia. Com máxima de R\$ 5,2815, o dólar à vista terminou o dia em alta de 0,22%, a R\$ 5,2593, após recuo de 4,4% em janeiro.

EM VIGOR

Salário mínimo de R\$ 1.621 começa a ser pago no Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O novo salário mínimo de R\$ 1.621 começou a ser pago ontem aos trabalhadores. O valor pode ser conferido no contracheque referente a janeiro.

O reajuste de 6,79%, equivalente a R\$ 103, foi oficializado pelo Decreto 12.797/2025. O aumento segue a política de valorização do salário mínimo, que combina inflação (INPC) e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), respeitando os limites do arcabouço fiscal, que restringe o reajuste a 2,5% acima da inflação do ano anterior.

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começaram a receber o novo salário mínimo no último dia 26. O pagamento segue até sexta-feira (6), conforme o número final do cartão, sem considerar o dígito verificador.

Quanto vale o mínimo em 2026

- Mensal: R\$ 1.621;
- Diário: R\$ 54,04;
- Hora: R\$ 7,37.

Como foi calculado

- Inflação pelo INPC: 4,18%;
- Somada ao crescimento real do PIB: 3,4%;
- Adicional de 3,4% limitado a 2,5% pelo arcabouço fiscal;

- Reajuste total: 6,79%.

IMPACTOS

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o novo salário mínimo impacta 61,9 milhões de brasileiros. O aumento deve injetar R\$ 81,7 bilhões na economia em 2026.

O reajuste tem efeitos amplos tanto sobre a renda das famílias quanto sobre as contas públicas. O governo estima impacto combinado de R\$ 110 bilhões na economia, ao considerar o reajuste e a isenção do IR. No entanto, haverá custo adicional para a Previdência Social estimado em R\$ 39,1 bilhões.

Além de afetar diretamente trabalhadores que recebem o piso nacional, o novo valor serve como referência para uma série de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas, como aposentadorias do INSS, pensões, seguro-desemprego e salário-família.

Confira como ficam os benefícios e as contribuições atreladas ao salário-mínimo:

- Benefícios no piso (1 salário mínimo): reajuste integral de 6,79%, para R\$ 1.621
- Acima do piso: reajuste de 3,90% (INPC de 2025),

BC/Focus

Mercado reduz previsão da inflação para 3,99% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 4% para 3,99% em 2026.

A estimativa foi publicada ontem no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

INFLAÇÃO

Pela quarta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser seguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

FGTS

Governo libera mais R\$ 4,6 bi para pagar saque-aniversário

PEDRO PEDUZZI/AE

O governo federal liberou ontem, R\$ 4,6 bilhões para pagamento da segunda parcela a trabalhadores que optaram pelo saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O valor corresponde aos recursos retidos de trabalhadores que foram demitidos entre janeiro de 2020 e 20 de dezembro de 2025. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o pagamento desses saldos remanescentes nesta segunda etapa beneficiará 822,6 mil pessoas.

Os pagamentos dos saldos remanescentes serão feitos até o dia 12 de fevereiro.

Na primeira etapa, foram liberados também R\$ 3,8 bilhões, que beneficiaram mais de 14 milhões de pessoas, conforme previsto em medida provisória publicada no dia 23 de dezembro.

PENALIZAÇÃO INJUSTA

Em nota, o MTE lembra que a modalidade impõe uma “penalização injusta” aos trabalhadores e trabalhadoras que optam por esse formato, ao impedir o acesso aos recursos do FGTS em caso de demissão.

Nota

PREVISÃO PARA A SELIC NO FIM DE 2026 SEGUE EM 12,25% NO FOCUS DO BC

A mediana das estimativas do mercado financeiro no relatório Focus do Banco Central para a Selic no fim de 2026 permaneceu em 12,25%, pela sexta semana consecutiva. Considerando só as 48 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana caiu de 12,25% para 12,00%. A projeção para o fim de 2027 continuou em 10,50% pela 51ª semana seguida. Considerando só as 42 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana diminuiu de 10,50% para 10,00%. A

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita no próximo dia 10 de fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o índice de janeiro.

Em dezembro, a alta no preço dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas fez a inflação chegar a 0,33%, acima do aumento de 0,18% registrado em novembro. O resultado fez o IPCA acumular alta de 4,26% em 2025.

TAXA SELIC

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no ce-

nário econômico.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica caia para 12,25% ao ano até o final de 2026, a mesma previsão do boletim Focus da semana passada.

Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a Taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB E CÂMBIO

Nesta edição do boletim Focus, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano permanece em 1,8%.

Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) também ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada pelo IBGE para 3 de março.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,50 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique nesse mesmo patamar.

dos terminais de autoatendimento da Caixa; nas casas lotéricas; ou nas unidades do CAIXA Aqui.

EMPRÉSTIMOS RIOS

Dos 14,1 milhões de pessoas com saldo disponível para saque, 9,9 milhões possuem parte dos recursos parcialmente comprometidos com empréstimos bancários, “o que impede o recebimento do valor integral”, alerta o ministério.

“Outras 2,1 milhões de pessoas têm o saldo totalmente comprometido, não havendo, portanto, valores disponíveis para saque”, acrescentou.

O MTE informa que, desde 2020, cerca de R\$ 197 bilhões já foram liberados pela modalidade de saque-aniversário.

Desse total, 40% foram destinados diretamente aos trabalhadores, enquanto 60% foram transferidos aos bancos que anteciparam os valores por meio de operações de crédito, detalha o ministério.

Segundo a pasta, atualmente 40,3 milhões de pessoas aderiram à modalidade saque-aniversário, em um total de 130 milhões de trabalhadores celetistas. Deste total, 28,5 milhões possuem operações de antecipação de valores ativas.

mediana para a Selic no fim de 2028 seguiu em 10,00%. Há um mês, estava em 9,75%. Já para 2029, a mediana permaneceu em 9,50%, pela 14ª semana seguida. Em janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a Selic em 15% pela quinta vez seguida, mas indicou que pode começar o processo de corte dos juros na próxima reunião, em março. “O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”, disse o comunicado da decisão.



CONGRESSO

Lula enviará projeto de fim da escala 6x1 com urgência

VERA ROSA/AE

O governo tem pressa para a votação da proposta que prevê o fim da jornada de trabalho 6x1, bandeira da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, e por isso deve enviar à Câmara um projeto de lei em regime de urgência constitucional. Esta é a alternativa em estudo no Palácio do Planalto para apressar a análise do tema.

"Estamos avaliando essa possibilidade, sim", disse a mi-

nistra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A Constituição determina que um projeto em regime de urgência deve tramitar em até 45 dias na Câmara e mais 45 dias no Senado.

O governo teme que o escândalo do Banco Master, com suas conexões políticas, atrapalhe as votações no Congresso neste ano eleitoral, que é mais curto. No segundo semestre, deputados e senadores devem fazer uma espécie de recesso branco para se dedicar às suas campanhas.

Na mensagem enviada por Lula ao Congresso ontem, com as prioridades do governo para 2026, o fim da escala 6x1 consta como um dos "desafios" do Executivo ao lado de outros projetos, como o da regulação do trabalho por aplicativos e a PEC da Segurança Pública.

Atualmente, quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei tramitam no Congresso sobre o assunto, mas não há acordo sobre a carga horária semanal de trabalho, por exemplo. "Acho que

é melhor tentarmos juntar as propostas e enviar um novo texto", afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Amanhã, Lula vai oferecer um churrasco na Granja do Torto ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e aos deputados que lideram bancadas de partidos aliados.

A confraternização também terá o objetivo de acertar os ponteiros das votações para os próximos meses, após um ano de muitas turbulências.

CÂMARA

Hugo Motta promete avançar sobre escala 6x1 e trabalho por aplicativos

PEDRO RAFAEL VILELA/ARASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), discursou ontem, na abertura do ano legislativo, e destacou a agenda de votações programadas para o semestre, incluindo, segundo ele, um avanço no debate sobre o fim da jornada de trabalho 6x1 (aquela em que o empregado trabalha seis dias por apenas e tem apenas um de descanso).

"Devemos acelerar também o debate sobre a PEC 6x1, com equilíbrio e responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores", apontou.

No momento, diferentes projetos de lei tramitam simultaneamente, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, sobre a redução de jornada e fim da escala 6x1.

Em dezembro do ano passado, na Câmara, a subcomissão especial que analisa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovou a redução gradual da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, mas rejeitou o fim da escala 6x1.

Já no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi mais adiante e aprovou, também no início de dezembro de 2025, o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalho das atuais 44 horas para 36 horas semanais. Ambas as mudanças são sem redução salarial. O tema seguirá para o plenário do Senado no ano que vem.

O tema é considerado uma prioridade absoluta do governo federal para os trabalhos legislativos deste ano, tanto que foi enfatizado na Mensagem ao Congresso entregue pelo presidente Lula no início da abertura dos trabalhos parlamentares.

Além disso, segundo o líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-

AP), é possível que o próprio governo encaminhe um projeto próprio sobre isso:

"Vamos tentar dialogar para avançar nos projetos que estão aqui, mas não se descarta o próprio encaminhar o projeto de lei com esse tema. É uma hipótese possível, mas queremos dialogar com os presidentes da Casa."

Na semana passada, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, confirmou que o governo pode enviar um projeto para unificar as propostas que já estão em tramitação no

Congresso sobre o tema do fim da escala 6x1 no Brasil e que a expectativa é pela aprovação ainda no primeiro semestre.

Outro tema que Motta disse que deve ampliar a discussão diz respeito à regulação do trabalho por aplicativos, que também é pauta de interesse do governo federal.

"Vamos aprofundar as discussões sobre a relação entre trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais, buscando conciliar produtividade, direitos e desenvolvimento. Essa tarefa é indispensável para preparar o Brasil para uma nova economia baseada em tecnologia, em inovação e em investimentos sustentáveis", afirmou.

Ainda de acordo com Motta, quanto às demais prioridades, a agenda legislativa do semestre já começa nesta segunda-feira com a votação da Medida Provisória (MP) que instituiu o Programa Gás do Povo, que beneficiaria cerca de 15 milhões de famílias de baixa renda.

Logo após o carnaval, a promessa é avançar na PEC da segurança pública e o combate ao feminicídio.

"Esta Casa tem um compromisso com essa PEC. É nossa obrigação priorizar o combate ao feminicídio, em parceria com todos os Poderes. Uma agenda que não pode mais esperar", disse.

BANCOS

Novas regras de segurança do Pix entram em vigor no Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Entrou em vigor ontem as novas regras de segurança do Pix definidas pelo Banco Central (BC), com foco na recuperação mais rápida dos valores transferidos de forma indevida.

Foram reforçados mecanismos de combate a golpes, fraudes e casos de coerção. A principal novidade é a atualização do Mecanismo Especial de Devolução (MED), que passa a permitir o acompanhamento mais eficiente do caminho do dinheiro.

Os recursos serão rastreados, mesmo quando são rapidamente transferidos para outras contas, prática comum em crimes financeiros.

Com o novo modelo, a expectativa do Banco Central é aumentar significativamente a taxa de recuperação dos valores e reduzir o sucesso das fraudes. Especialistas estimam que as mudanças podem diminuir em até 40% os golpes considerados bem-sucedidos.

Outra frente importante é o reforço da integração entre bancos, instituições de pagamento e órgãos de segurança, além da ampliação do uso do autoatendimento nos aplicativos, o que torna a contestação mais simples e rápida para o usuário.

O BC esclarece que o MED só deve ser acionado em caso de fraude, suspeita de fraude ou erro operacional das instituições

financeiras. A ferramenta não pode ser usada no caso de Pix a destinatários errados digitados pelo usuário.

Em outubro, o Banco Central havia determinado que todas as instituições financeiras oferecessem o MED por meio de um botão de contestação em seus aplicativos. A medida preparou o sistema para a adoção das novas regras.

O QUE MUDA

MED passa a ser obrigatório: todos os bancos e instituições de

pagamento que operam o Pix devem adotar a versão 2.0 do Mecanismo Especial de Devolução.

Rastreamento do dinheiro entre contas: a devolução não fica mais restrita à conta que recebeu inicialmente o valor. O sistema passa a rastrear transferências para contas intermediárias.

Bloqueio automático de contas suspeitas: contas com denúncia de fraude podem ser bloqueadas de forma imediata, antes mesmo da conclusão da análise.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDOERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco, nº 156, 32º andar, Sala 3229, Ed. Avenida Central, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, convoca os filiados das seguintes categorias profissionais: Empregados nas Agências de Emprego; Empregados nas Empresas de Recursos Humanos; Empregados nas Empresas de Recrutamento e Seleção de Pessoal; Empregados nas Empresas de Trabalho Temporário, regidos pela Lei nº 6.019/74; Empregados nas Empresas de Gestão de Recursos Humanos, para participarem presencialmente da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 10/02/2026, às 11h, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda e última convocação, no mesmo local, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre a transferência da sede da entidade laboral; b) Alteração estatutária para adequação do endereço da sede social.

GOVERNO DO BRASIL

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2026

O Pregoeiro Fabio Caldas Vianna convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.015/2026 no dia 23/02/2026 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (ACETAZOLAMIDA 250 MG COMPRIMIDO, ACETILCISTEÍNA 40 MG/G GRANULADO, ENVELOPE 5 G, ACETILCISTEÍNA 120 MG/G GRANULADO, ENVELOPE 5 G e etc) Processo nº. 33409.009752/2025-69. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CLUBBI PLATAFORMA DIGITAL LTDA

CNPJ/MF nº 37.008.458/0001-05 - NIRE 332.1096640-5

13ª Alteração de Contrato Social e Transformação de Sociedade Empresária de Responsabilidade Limitada em S/A de Capital Fechado. Pelo presente instrumento particular, **Clubbi LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis dos EUA, com sede em 10370 Moore Drive, Parkland, Florida 33076, CNPJ do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 36.761.892/0001-90, neste ato representada pelo seu procurador, o Sr. **Marcos Adler Pimentel Duarte**, brasileiro, solteiro, economista, RG 21.205.482-9-DETRAN-RJ, CPF sob o nº 059.263.057-99, residente e domiciliado no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Carlos Gois, nº 90/1.501, Leblon, única sócia da **Clubbi Plataforma Digital Ltda**, com sede no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Visc. de Pirajá, nº 495, sl 502, Ipanema, com seu contrato social registrado na Juceria NIRE 332.1096640-5 e CNPJ sob o nº 37.008.458/0001-5 ("Sócia" e "Sociedade", respectivamente), resolve alterar e consolidar o contrato Social sob os seguintes termos e condições: **1. Alteração do Capital Social.** 1.1. A Sócia decide aumentar o capital Social, que passará de R\$83.533.899,00, divididos em 83.533.899 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, todas subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, para R\$92.946.399,00, divididos em 92.946.399 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada. Dessa forma, fica aprovado o aumento do capital social no valor de R\$9.412.500,00 mediante a emissão de 9.412.500 novas quotas iguais de valor nominal de R\$1,00 cada, a serem subscritas pela Sócia e integralizadas mediante conversão de empréstimos externos concedidos pela Sócia à Sociedade no valor total de USD 1.650.000,00. 1.2. Visando refletir a deliberação tomada no item "1.1." acima, a Sócia decide modificar a redação da Cláusula 5 do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 5º. O capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$92.946.399,00, dividido em 92.946.399 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, sendo todas de titularidade da sócia CLUBBI LLC. §Único. As quotas serão indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais."** **2. Transformação em S/A de Capital Fechado.** 2.1. Ao contínuo, a Sócia resolve aprovar a transformação da Sociedade em uma S/A de capital fechado, a qual será regida pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das S/A"), sub-rogando-se todos os direitos e obrigações pertinentes. 2.2. Em virtude da transformação indicada acima, a denominação Social passa a ser **CLUBBI PLATAFORMA DIGITAL S/A** (doravante "Cia."), em conformidade com Art. 3º da Lei das S/A, sendo que o objeto social e a sede da Cia. permanecerão os mesmos. 2.3. Considerando a transformação disposta acima, a Sócia torna-se única acionista da Cia., e passa a deter ações ON e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), mediante a conversão da totalidade das quotas detidas pela única acionista da Cia., na razão de 1 Ação Ordinária para cada 1 quota. 2.4. Dessa forma, o capital social da Cia., já totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$92.946.399,00, passa a ser representado por 92.946.399 Ações Ordinárias, todas com direito de voto, recebendo a única acionista a totalidade das Ações Ordinárias, conforme boletim de subscrição que integra o Anexo I ao presente Instrumento. 2.5. A única acionista consigna que enviará esforços, em conjunto com a Diretoria e com a própria Cia., para restabelecer a pluralidade de acionistas dentro dos prazos legais previstos na Lei das S/A, de modo a adequar a estrutura societária da Cia. às disposições da referida Lei. **3. Administração da Cia.** 3.1. Em razão da Transformação, a única acionista decide que a Cia. passará a ser administrada por 1 Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo seu Estatuto Social. 3.2. A Diretoria será composta, no mínimo, por 1 e, no máximo, por 3 Diretores, residentes no país ou não, sendo 1 Diretor Presidente e os demais diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. As demais regras aplicáveis à Diretoria estarão previstas no Estatuto Social da Cia., cuja consolidação consta do Anexo IV deste Instrumento. 3.3. Ato contínuo, a única acionista decide aprovar a eleição de (i) **Marcos Adler Pimentel Duarte**, brasileiro, solteiro, economista, RG 21.205.482-9, CPF nº 059.263.057-99, residente no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Alberto Ribeiro, nº 11, Leblon ("Marcos"), para o cargo de Diretor Presidente da Cia., e (ii) **João Vieira de Macedo**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 20.957.912-95, CPF nº 014.959.100-40, residente no Rio de Janeiro/RJ, na Av. Gen. Guedes da Fontoura, nº 1285, Barra da Tijuca ("João"), para o cargo de Diretor Sem Designação Específica da Cia., ambos com mandato unificado de 3 anos contado a partir da presente data, sendo permitida a reeleição, permanecendo em seus cargos até a destituição ou posse de seus sucessores. 3.4. Os Diretores acima eleitos tomam posse mediante assinatura dos termos de posse, anexos ao presente Instrumento nas formas dos Anexos I e III, arquivados na sede da Cia. e lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria da Cia., na forma da legislação aplicável, aceitando o cargo para os quais foram eleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Art. 147 da Lei das S/A, e que não estão impedidos de exercer a administração da Cia. por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 3.5. Fica aprovada a não instalação do Conselho Fiscal da Cia. para o presente exercício social. 3.6. Fica estabelecido que a Cia. continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. 3.7. Fica consignado que a remuneração anual e global da Diretoria da Cia. será fixada em Assembleia Geral a ser especificamente convocada para esse fim. **4. Aprovação do Estatuto Social da Cia.** 4.1. Adicionalmente, a única acionista aprova, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o Estatuto Social da Cia., que integra o presente Instrumento nos termos do Anexo IV, o qual, juntamente com a Lei das S/A e das demais disposições legais aplicáveis, passa a reger a Cia. a partir desta data. **E, por estarem justos e acertados**, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente, o qual segue para registro na JUCERJ/A. Rio de Janeiro/RJ, 24/11/2025. Sócia: **Clubbi LLC** Por: Marcos Adler Pimentel Duarte - Cargo: Procurador. Juceria em 11/12/2025 nº 33300362363. Gabriel Oliveira de Souza Vol. Secretário Geral.

ESTATUTO SOCIAL Capítulo I. Denominação, Duração e Sede. Art. 1º. A **Clubbi Plataforma Digital S/A** ("Cia.") é uma S/A, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores ("Lei das S/A"). Art. 2º. A Cia. tem sede no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Visc. de Pirajá, nº 495, sl 502, Ipanema, podendo manter filiais e escritórios de representação em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. §Único. A Cia. possui filial em Duque de Caxias/RJ, na Av. SN 1, nº 280, qdr. A, Lotes 3, 4 e 5, Parque Duque, Loteamento Internacional Business Park, CNPJ 37.008.458/0002-88, a qual exerce a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (CNAE 46.39/7-01). Capítulo II. Objeto Social. Art. 3º. O objeto social da Cia. compreende comércio atacadista de produtos alimentícios em geral (CNAE 46.39/7-01). Capítulo III. Capital Social. Art. 4º. O capital social é de R\$92.946.399,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 92.946.399 ações ON e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. §2º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Cia. emitirá certificados de ações. Os certificados de ações, que poderão ser agrupadas em títulos múltiplos, se e quando emitidos, serão assinados por 2 Diretores da Cia. §3º. A Cia. não poderá emitir partes beneficiárias. Capítulo IV. Assembleia Geral de Acionistas. Art. 5º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente 1 vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. Art. 6º. As AGES serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente estatuto social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Art. 7º. As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas por qualquer dos Diretores e presididas pelo acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. Capítulo V. Administração da Cia. Art. 8º. A administração da Cia. compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente estatuto social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores. §2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição entre seus membros. Capítulo VI. Diretoria. Art. 9º. A Diretoria será composta, no máximo, por 3 Diretores, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos em Assembleia Geral, e por esta destituíveis a qualquer tempo. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. §Único. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral, a ser convocada no prazo de 10 dias, contados da vacância. Art. 10. Compete à Diretoria a representação da Cia., individualmente por qualquer um dos Diretores, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente estatuto social. §1º. As procurações outorgadas em nome da Cia. o serão por 2 Diretores, agindo em conjunto entre si, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 ano. §2º. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Cia., presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 ano. Art. 11. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Cia., os atos de qualquer acionista, Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como conceder fianças, avais, ou qualquer outra forma de garantia, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Cia., salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. Art. 12. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 5 dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia. As atas correspondentes serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes. Capítulo VII. Conselho Fiscal. Art. 13. O Conselho Fiscal terá caráter não-permanente, sendo instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei. Art. 14. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. §Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. Capítulo VIII. Exercício Social e Destinação de Lucros. Art. 15. O exercício social terá início em 1º/01 e término em 31/12 de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas. §1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. §2º. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei das S/A. §3º. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. §4º. A Cia. poderá, a qualquer tempo, levantar balançes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido, observados os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável. §5º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Cia. poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Capítulo IX. Disposições Finais. Art. 16. Em caso de abertura de capital, a Cia. obriga-se, perante seus acionistas, a aderir ao segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. Art. 17. A Cia. se obriga a disponibilizar todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários que vierem a ser por ela emitidos. Capítulo X. Liquidação. Art. 18. A Cia. será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. Art. 19. Em tudo o que for omissivo o presente estatuto social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes. Capítulo XI. Foro. Art. 20. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do RJ para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste estatuto social, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

Jovem da periferia de Salvador é 1º colocado em Medicina na USP

Wesley de Jesus Batista, de 23 anos, morador do bairro Águas Claras, em Salvador, conquistou o 1º lugar no curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), no campus de Ribeirão Preto, pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O curso de Medicina na USP está entre os cursos mais concorridos do país e a instituição é uma das mais prestigiadas da América Latina.

Filho de um pedreiro e de uma empregada doméstica, Wesley emocionou diversas pessoas ao mostrar o momento em que descobre a aprovação, ao lado dos pais. A gravação se espalhou pela internet, junto com a história do jovem, que desde então tem recebido mensagens e ligações.

No começo do vídeo, ele parece falar "vamos ver essa história velha", em referência às várias vezes que tentou o curso. Isso porque ele tenta a aprovação desde 2021. Para estudar, ele usava apostilas usadas, além de vídeos disponíveis online, somando o conteúdo ensinado no colégio público.

NOVO DESAFIO

A aprovação, no entanto, veio acompanhada de um novo desafio: conseguir se manter em São Paulo. Por isso Wesley decidiu criar uma vaquinha online nas redes para enfrentar os primeiros meses na nova cidade.

A campanha foi aberta no dia 23 de janeiro, por meio do perfil dele no Instagram, e tem como objetivo arrecadar recursos para a viagem, a mudança e os custos básicos de

permanência na cidade. Até agora, o valor arrecadado é de R\$ 92.172,17, enquanto a meta informada na plataforma é de R\$ 490 mil.

Na descrição da vaquinha, Wesley resume o peso da conquista e o tamanho do caminho até aqui. Ele conta que é o segundo filho de quatro irmãos, com pais do sertão da Bahia, de origem muito humilde, e que cresceu enfrentando dificuldades. Desde criança, diz que tem o sonho de estudar Medicina, mesmo sabendo que seria "uma missão difícil e árdua" por causa da realidade em que vivia

"Graças a Deus, com muita fé, muito esforço e muita dedicação, acabei de ser aprovado em 1º lugar em Medicina na USP", comemorou.

Apesar de a USP ser uma universidade pública, ele destaca que os custos fora da sala de aula são altos: aluguel, alimentação, transporte, material didático e despesas básicas, especialmente em uma região com custo de vida elevado. Sem uma rede de apoio no interior de São Paulo, Wesley diz que criou a vaquinha como forma de não perder a oportunidade de seguir no curso durante os próximos seis anos.

Mais do que uma conquista individual, ele reforça que a aprovação representa também a esperança da família e de outros jovens da periferia que veem na educação uma chance real de mudança.

"Meu objetivo é me formar médico e, no futuro, retribuir à sociedade com cuidado, assistência e compromisso", afirmou.

AÇÃO CRIMINOSA

Polícia Civil em grupos online impede plano de ataque na Av. Paulista

Uma ação de inteligência do Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) da Polícia Civil de São Paulo impediu um possível ataque que estava sendo articulado para esta segunda-feira, na Avenida Paulista, na capital.

Doze suspeitos de integram a ação criminosa, entre 15 e 30 anos, foram identificados e conduzidos para prestar esclarecimentos. A ação preventiva foi resultado de monitoramento e investigação realizado pelo Noad em redes sociais. Integrantes de um grupo virtual planejavam o uso de bombas caseiras e coquetéis molotov como

forma de “manifestação” sem pauta definida, apenas com o objetivo de causar pânico e incitar a violência. “Foi um grande trabalho de antecipação do Núcleo de Observação e Análise Digital da polícia.

Conseguimos impedir um possível ataque que aconteceria nesta segunda” disse o secretário estadual de Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, em entrevista coletiva. “A manifestação era uma forma de tumulto, sem pauta nenhuma e conseguimos, com o trabalho de inteligência, impedir este crime”, disse o secretário.

MIRASSOL

SP começa projeto-piloto de vacinação contra chikungunya

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

teve início ontem) na cidade de Mirassol, interior de São Paulo, a aplicação da vacina contra a chikungunya, desenvolvida pelo Instituto Butantan. O projeto-piloto marca o início de uma estratégia nacional do Ministério da Saúde para combater a doença viral que é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.

Os moradores da cidade que têm entre 18 e 59 anos poderão receber o imunizante de forma gratuita nas unidades de saúde. Segundo o governo de São Paulo, Mirassol foi escolhida devido ao aumento expressivo de casos da doença na região. De acordo com o Paine

l de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde, em 2024, o local registrou 833 casos prováveis de chikungunya.

“Estamos diante de um marco histórico para a saúde pública. Com 10 municípios em quatro estados, Mirassol está entre os primeiros selecionados e, agora, cerca de 37, 5 mil habitantes poderão receber a vacinação nos postos de saúde. Isso coloca a região na linha de frente de uma proteção inédita contra a chikungunya”, explicou o secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva.

O Ministério da Saúde prosseguirá com a vacinação em formato piloto em 10 municípios de quatro estados. Os locais serão selecionados com base em critérios epidemiológicos, tamanho populacional e viabilidade

CALÚNIA ELEITORAL

Justiça condena Marçal a pagar indenização de R\$ 100 mil a Boulos

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/BRASIL

O influenciador digital e ex-candidato a prefeito da capital paulista Pablo Marçal foi condenado pela Justiça ao pagamento de R\$ 100 mil de indenização ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (PSOL), por disseminar informações falsas durante a campanha eleitoral em 2024. Na ocasião, ambos disputavam o cargo de prefeito.

Durante a campanha, Marçal associou a imagem de Boulos ao uso de cocaína. Dias antes do primeiro turno, Marçal chegou a apresentar um laudo falso em suas redes sociais em que afirmava que o seu oponente havia recebido atendimento por uso de drogas ilícitas. Isso fez com que a Justiça Eleitoral, ainda durante as

eleições, determinasse a suspensão do perfil de Marçal no Instagram por ter identificado indícios de falsidade nesse documento.

O caso foi investigado pela Polícia Federal, que indiciou Marçal pela utilização e divulgação desse laudo falso.

Na sentença proferida na última quinta-feira, o juiz Danilo Fadel de Castro, da 10ª Vara Cível de São Paulo, apontou que “o debate político, por sua natureza, admite críticas ácidas, contundentes e até mesmo indelicadas”, mas que isso não autoriza “a prática de crimes contra a honra, tampouco a fabricação e disseminação dolosa de fatos sabidamente inverídicos (fake news) com o intuito de aniquilar a reputação alheia”. Segundo o juiz, “a liberdade de expressão não é salvo-conduto para a calúnia e a difamação”.

FUNDAÇÃO SEADE

SP lidera na criação de empregos com carteira assinada em 2025

O estado de São Paulo criou 311.228 vagas de emprego com carteira assinada em 2025. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego. São Paulo foi o estado que mais criou oportunidades no ano passado entre todas as Unidades da Federação – o equivalente a 900 vagas por dia.

“O ano de 2025 foi um marco na criação de empregos com carteira assinada porque quem investe e empreende em São Paulo confia na gestão estadual. O Governo de São Paulo trabalha para reduzir burocracia e facilitar a vida de quem gera oportunidades. Nosso plano SP na Direção Certa está fazendo a diferença na vida da população”, afirma o governador Tarcísio de Freitas.

O Brasil gerou o total de 1.279.498 vagas em 2025. Assim, o estado de São Paulo criou 24,3% do total de vagas no país. A geração de empregos no estado teve aumento de 2,17% em relação ao ano passado.

A região Sudeste registrou saldo de 504.972 postos de trabalho formal, avanço de 2,1% em relação a 2024. O estado de São Paulo foi responsável por 61,6% do total de vagas da região.

SETORES

O setor de Serviços foi o que mais gerou vagas formais em 2025 no estado – foram quase 185 mil postos criados (60% do



- total). Veja abaixo:
- Serviços: 184.858
 - Comércio: 61.583
 - Construção: 23.591
 - Indústria: 22.638
 - Agropecuária: 18.559

SALÁRIO MÉDIO

O estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país no ano: R\$ 2.597,14 (alta de 1,08%), seguido por Distrito Federal (R\$ 2.443,02), Santa Catarina (R\$ 2.334,28) e Rio de Janeiro (R\$ 2.313,37). No Brasil, o salário médio ficou em R\$ 2.294,62 (alta de 1,4%). O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.449,16).

TRAMPOLIM E PATS

O Governo de São Paulo con-

operacional para a introdução do imunizante em curto prazo.

ENSAIOS CLÍNICOS

Em abril do ano passado, a vacina foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O imunizante também recebeu autorização para uso no Canadá, no Reino Unido e na União Europeia.

Os estudos clínicos da vacina foram realizados no Brasil e nos Estados Unidos. Os testes buscam comprovar a segurança e capacidade da vacina de induzir a produção de anticorpos. Os resultados mostraram que o imunizante é bem tolerado e capaz de induzir resposta imunológica após uma única dose.

A vacina é contraindicada para pessoas imunodeficientes,

imunossuprimidas, gestantes e indivíduos com hipersensibilidade a componentes do imunizante. As contraindicações seguem as orientações da bula aprovada pela Anvisa.

SOBRE A CHIKUNGUNYA

A chikungunya é uma doença viral transmitida pela picada do mosquito Aedes aegypti, o mesmo transmissor da dengue e do zika. Ela pode provocar dor crônica nas articulações. Os sintomas mais comuns são febre alta, dores nas articulações, dor de cabeça, dor muscular, calafrios, dor atrás dos olhos e manchas vermelhas no corpo. Em casos graves, os pacientes podem desenvolver dor crônica nas articulações que podem durar anos.

Pablo Marçal afirmou que a decisão é um julgamento de primeira instância, “não sendo definitiva”.

"Discordamos do entendimento adotado e já estamos adotando todas as medidas judiciais cabíveis, com a interposição do recurso adequado, confiantes de que a decisão será revista nas instâncias superiores. O caso permanece em discussão no âmbito do Poder Judiciário", diz a nota de Marçal.

Em publicação em suas redes sociais, o ministro Guilherme Boulos escreveu que a condenação "ainda é pouco"

"Marçal foi condenado pela Justiça a me pagar R\$ 100 mil pela mentira da cocaína. Ainda é pouco, seguirei na ação criminal contra ele. Quem faz política com fake news tem que ser banido da vida pública", escreveu o ministro.

apresentar uma curadoria de vagas de emprego e cursos, ela também oferece testes de habilidades e uma ferramenta para criação de currículo profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o público idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação profissional.

Já os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) realizam a intermediação de mão de obra e concentram serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda. O objetivo é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE). Assim, o equipamento reduz os custos e o tempo de espera tanto para o trabalhador quanto para o empregador.

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso a assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. Os endereços estão disponíveis neste link

ARTEFATOS CASEIROS

Polícia apreende bombas com grupo que faria atentado no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro apreendeu bombas de fabricação caseira com integrantes de um grupo que, segundo as investigações, se preparava para realizar atentados durante uma manifestação. O ato estava marcado para as 14h desta segunda-feira, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

A ação foi conduzida pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), que cumpriu 17 mandados de busca e apreensão em endereços na capital, região metropolitana do Rio e no interior do estado. Segundo a polícia, o grupo se intitula "Geração Z" e, apenas na capital flumi-

nense, conta com 300 integrantes. A investigação teve início após a delegacia especializada tomar conhecimento da existência de grupos de mensagens e páginas em redes sociais criados com o objetivo de organizar "manifestações antidemocráticas", programadas para ocorrer em diversos estados do Brasil nesta segunda-feira.

Em São Paulo, 12 pessoas foram presas sob suspeita de planejar um atentado na Avenida Paulista nesta mesma tarde.

De acordo com a Polícia Civil, a operação de hoje foi planejada inicialmente para cumprir medidas cautelares contra quatro envolvidos. Após informações de inteligência, outros 13 foram identificados nesta manhã, levando a polícia a pedir ao Juízo por mais

mandados de busca e apreensão, que foram deferidos pela Justiça.

Na ação, a polícia apreendeu coquetéis molotov de fabricação caseira, além de bandeiras e panfletos sem alvos específicos. O delegado titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática, Luiz Lima, disse que o material apreendido incluía "bandeiras com frases de combate à corrupção, contra a corrupção no caso Banco Master e contra governantes atuais, mas sem especificar nomes ou partidos políticos e nem a qual legenda pertenciam".

A polícia identificou que os integrantes do grupo compartilhavam conteúdos voltados à radicalização e ao confronto. Também foram encontradas orientações e materiais instrutivos para a confecção de artefatos incendiários

improvisados, como o chamado coquetel molotov, além de bombas caseiras, confeccionadas com bolas de gude e pregos em seu interior.

Os alvos dos mandados de busca e apreensão são investigados pelos crimes de incitação ao crime, associação criminosa e posse, fabricação ou preparo de artefato explosivo ou incendiário.

Todos são participantes ou administradores de grupos na internet que atuavam no Rio de Janeiro e "exerciam papel ativo e relevante, com incentivo direto à prática de atos violentos e direcionamento das ações planejadas, incluindo a escolha de um local sensível do cenário político fluminense para a realização do ataque", disse a polícia.

Nota

REINO UNIDO ALERTA PARA PANCREATITE ASSOCIADA A CANETAS EMAGRECEDORAS

A Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos de Saúde (MHRA) do Reino Unido emitiu alerta para o risco, ainda que pequeno, de casos de pancreatite aguda grave em pacientes que utilizam medicamentos agonistas GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras. Em nota, a agência destacou que a pancreatite aguda é um efeito colateral conhecido, porém pouco frequente, do uso desse tipo de medicamento. "Em alguns casos

extremamente raros, as complicações da pancreatite aguda podem ser particularmente graves". De acordo com o comunicado, médicos e pacientes devem estar atentos aos sintomas iniciais de pancreatite aguda para que o quadro não evolua para forma grave, incluindo dor abdominal intensa e persistente que pode irradiar para as costas e ser acompanhada de náuseas e vômitos. A diretora de Segurança da MHRA, Alison Cave, destacou que, para a grande maioria dos pacientes que recebem prescrição médica para utilizar medicamentos agonistas GLP-1, eles se mostram seguros e eficazes, "proporcionando benefícios significativos para a saúde".

ESPECIAL

Seguro fiança locatícia cresce com avanço do aluguel e se consolida como alternativa às garantias tradicionais

POR BÁRBARA SOUZA

O aumento do número de brasileiros que optam por morar de aluguel vem remodelando o mercado imobiliário e impulsionando produtos financeiros ligados à locação residencial. Em um cenário marcado por juros elevados, crédito mais restrito e maior mobilidade profissional, a compra do imóvel próprio deixou de ser prioridade imediata para uma parcela crescente da população. Como consequência direta desse movimento, o seguro fiança locatícia ganhou espaço e se consolidou como uma das principais garantias nos contratos de aluguel no Brasil.

Dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em parceria com o Grupo Brain, indicam que cerca de uma em cada cinco pessoas vive de aluguel no país. O levantamento, realizado em novembro de 2025, aponta um avanço significativo desse modelo habitacional ao longo da última década, com crescimento superior a 25% entre 2010 e 2022. A tendência também aparece nas estatísticas oficiais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de brasileiros vivendo em imóveis alugados aumentou 45,4% nos últimos oito anos, de acordo com dados divulgados em agosto de 2025. E a maior parte deles, são um pouco mais jovens. De acordo com um levantamento da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com o Grupo Brain, 80% das pessoas entre 25 e 39 anos consideram a locação uma boa opção de moradia, e logo, bons candidatos a escolherem o seguro fiança locatícia.

É nesse contexto que esse tipo de seguro se fortalece como alternativa às garantias

tradicionais. O produto funciona como uma proteção contratual para o proprietário do imóvel, substituindo modalidades como fiador ou depósito caução. Na prática, o inquilino contrata uma apólice junto a uma seguradora, que assume o compromisso de cobrir eventuais inadimplências, incluindo aluguéis em atraso, encargos e, em alguns casos, danos ao imóvel, conforme previsto no contrato de locação.

Seguro fiança locatícia em números

O avanço do aluguel no Brasil tem impacto direto no desempenho do seguro fiança. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o produto registrou um crescimento próximo de R\$ 100 milhões em prêmios emitidos ao longo de 2025, refletindo a maior adesão de inquilinos e proprietários e a mudança no perfil das garantias locatícias no país.

Para o proprietário, o principal benefício do seguro fiança é a redução do risco financeiro e a maior previsibilidade no recebimento dos valores do aluguel. Já para o inquilino, a modalidade elimina a necessidade de encontrar um fiador ou de mobilizar recursos em depósitos antecipados, o que facilita o acesso à moradia, especialmente em grandes centros urbanos. Além disso, o processo costuma ser mais ágil, com análise de crédito padronizada e contratação integrada às imobiliárias ou plataformas digitais.

A contratação do seguro fiança locatícia segue etapas bem definidas. O interessado apresenta informações financeiras, como renda comprovada e histórico de crédito, para avaliação da seguradora. Após a aprovação, é definido o valor do prêmio, geralmente calculado como um percentual do aluguel anual. O pagamento pode ser feito à vista ou de forma parcelada, conforme a política da empresa. Com a formalização, a apólice passa a vigorar simultaneamente ao contrato de aluguel.

Com a tendência de crescimento do aluguel no Brasil, impulsionada por fatores econômicos e comportamentais, o seguro fiança locatícia tende a ocupar um papel cada vez mais central no mercado imobiliário. Mais do que uma alternativa às garantias tradicionais, o produto se apresenta como uma resposta estruturada a um novo perfil de morador, que valoriza flexibilidade, segurança jurídica e menor burocracia nas relações de locação.

2 DE FEVEREIRO

Devotos presenteiam Iemanjá em série de homenagens

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Na manhã desta segunda-feira, Dia de Iemanjá, o técnico em seguros André Luiz Barbosa, de 48 anos, caminhou no cortejo em homenagem à orixá do candomblé e da umbanda entre a Rua Camerino, no bairro da Saúde, e a Praça Mauá, na região conhecida como a na Pequena África, no Rio de Janeiro.

Ele estava no Presente de Iemanjá, organizado pelo grupo Filhos de Gandhi - Rio de Janeiro, para "prestigiar o povo preto" e também "para pedir paz, proteção e saúde" para ele e para a família.

Alguns passos adiante, a psicóloga Amanda Duarte, de 39 anos, carregava flores em "agradecimento pelas benções recebidas no último ano". No gesto e no pensamento, Amanda se dizia "conectada à espiritualidade".

A caminhada que uniu no mesmo passo pessoas diferentes como André Luiz e Amanda foi apenas um dos eventos para Iemanjá no Rio.

Além da jornada pela Pequena África e região portuária, devotos da orixá promoveram a Reza das Águas no Leme, no úl-

timo dia sábado, e o Presente para Iemanjá na Ilha do Governador, no domingo passado.

Nesta segunda, o calendário de celebrações ainda previa o cortejo teatralizado na Praia do Flamengo e o Dia de Iemanjá do Arpoador. No final do mês, no dia 28, será o Xirê de Iemanjá na Barra da Tijuca.

A fé na orixá levou a paulistana Sandra Regina Tomás, técnica de enfermagem de 60 anos, ao Rio de Janeiro.

"Eu estou aqui pela busca da nossa ancestralidade. Estou me sentindo de volta para casa."

O advogado Oirton Dantas, de 39 anos, não tem religião, mas também acha a homenagem à Iemanjá um momento especial para estabelecer e alimentar vínculos.

"É importante fazermos congregações, estarmos juntos e agradecermos."

MÃE DOS ORIXÁS

A popularidade e a veneração à orixá se explicam por um afeto muito sagrado, explica o babalão Ivanir dos Santos, doutor em História e professor da UFRJ:

"Iemanjá é mãe, mãe de todos orixás e das nossas cabeças".

BAIXADA

RJ deflagra segunda etapa da Operação Impacto em Caxias

GOVERNO DO ESTADO DO RJ



POR GOVERNO DO ESTADO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Polícia Militar, iniciou na manhã desta segunda-feira a segunda etapa da Operação Impacto em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A ação faz parte do plano estadual de combate ao crime organizado e mobiliza 250 policiais militares, com foco na redução dos índices de criminalidade, especialmente dos roubos de rua e de veículos.

"A Operação Impacto tem apresentado resultados consistentes na segurança pública do nosso estado, sobretudo na região metropolitana. Vamos seguir avançando com ações firmes e integradas na enfrentamento ao crime organizado, sempre com o compromisso de garantir mais segurança e tranquilidade à população", afirmou o governador Cláudio Castro.

Nesta nova etapa, a base principal da operação foi instalada na Praça da Apoteose, no bairro Vila São Luís, onde está posicionado o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM) da corporação. As imagens captadas pelo sistema de monitoramento do carro-comando são compartilhadas em

tempo real com o Centro de Monitoramento do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública da Baixada Fluminense (CISPBAF) e com o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Capital. O sistema conta com tecnologia de reconhecimento facial.

O efetivo atua com o apoio de 47 viaturas e 42 motocicletas, além de tropas especializadas, como as Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM) e o Batalhão Tático de Motociclistas (BTM). A estratégia de policiamento prevê roteiros planejados, intensificação de abordagens e revistas em pontos estratégicos.

O esquema de segurança abrange o Centro de Duque de Caxias e se estende por distritos como Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Também há reforço do policiamento nas áreas de divisa com bairros da capital e municípios vizinhos, como Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belford Roxo.

Desde a deflagração da primeira fase da Operação Impacto nos municípios da Baixada Fluminense, no início do ano passado, os crimes de rua apresentaram queda média de 40% na região.



PEXELS

GOLPISTAS

Moraes assina para que 2 kids pretos cumpram pena alternativa

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou ontem o acordo de não persecução penal com dois militares condenados como integrantes do Núcleo 3 da trama golpista que tentou manter o ex-presidente Jair Bolsonaro ilegalmente no poder.

Ambos são das Forças Especiais do Exército, conhecidos como “kids pretos”, em razão da boina preta que diferencia seus uniformes.

O coronel Márcio Nunes de Resende Júnior e o tenente-coronel Ronald Ferreira de Araújo Júnior terão agora suas penas substituídas pelo pagamento de R\$ 20 mil a título de reparação de danos e à prestação de 340 horas de serviços comunitários. Eles também serão obrigados a comparecer presencialmente ao curso Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado, com carga horária de 12 horas.

Pelos termos do acordo, os benefícios podem ser revogados caso eles pratiquem novamente os mesmos delitos pelos quais foram condenados, ou se forem processados por qualquer ilícito penal.

MARCELO CÂMARA

Moraes nega trabalho a coronel condenado no 8 de Janeiro

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou um modelo de trabalho proposto pela defesa do coronel da reserva Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. O militar foi condenado a 21 anos de prisão pelos atos golpistas de 8 de janeiro e pela coordenação do Plano Punhal Verde e Amarelo. A decisão foi assinada pelo ministro na sexta-feira passada, e publicada ontem.

Em despachos no mesmo processo, que julga as denúncias contra integrantes do núcleo de gerência da trama golpista, Moraes encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) dois pedidos apresentados por outros réus: a continuidade de um doutorado do pelo ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e a autorização de visita íntima para o general da reserva Mário Fernandes.

Na decisão, Moraes rejeitou o modelo de trabalho interno sugerido pelo Batalhão de Polícia do Exército para Marcelo Costa Câmara. O Exército havia proposto que o réu realizasse trabalho de natureza intelectual, com análise de obras militares e produção de relatórios técnicos para o Comando Militar do Planalto.

Embora tenha reconhecido que o trabalho é um direito do preso e pode gerar remição de pena, Moraes considerou que as atividades sugeridas eram "juridicamente impossíveis, desarrazoadas e inadequadas" diante da natureza dos crimes pelos quais o coronel foi condenado. Para o ministro, permitir que Câmara desempenhasse tarefas diretamente ligadas ao aperfeiçoamento das Forças Armadas seria incompatível com sua condenação por tentativa de ruptura democrática, justamente contra valores que as Forças Armadas têm o dever constitucional de proteger.

O relator determinou que o Batalhão do Exército indique novas possibilidades de traba-

JULGAMENTO

Assim como os demais integrantes do núcleo 3, os dois militares foram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de participar de reuniões e ações táticas com o intuito de executar o plano Punhal Verde e Amarelo, que previa o sequestro de assassinato de autoridades como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice, Geraldo Alckmin, e o próprio Moraes.

Ao final do julgamento, contudo, a Primeira Turma do Supremo considerou que as condutas efetivamente comprovadas pela acusação não foram suficientes para caracterizar crimes mais graves. Eles acabaram condenados por incitação de animosidade entre as Forças Armadas e associação criminosa, delitos com penas mais brandas.

Márcio Nunes recebeu a pena de 3 anos e 5 meses de prisão em regime inicial aberto e Ronald Ferreira de Araújo Júnior foi sentenciado a 1 ano e 11 meses de prisão em regime aberto. Ambas ficam agora suspensas, ao aguardo do cumprimento das exigências do acordo de não persecução penal.

lho interno, principalmente administrativas.

No mesmo processo, Moraes pediu manifestação da PGR sobre o pedido de Silvinei Vasques para dar continuidade a um curso de doutorado na modalidade EAD enquanto permanece preso preventivamente na Papudinha. Após a defesa apresentar documentação complementar sobre o programa de pós-graduação, o ministro determinou o envio dos autos à PGR para parecer, no prazo de cinco dias, sobre a adequação e a viabilidade do pedido

Enquanto aguarda o posicionamento da PGR, Moraes autorizou visitas a Silvinei, seguindo as regras do sistema prisional do Distrito Federal. Foram liberadas visitas de um irmão e de um amigo, em horários distintos.

Em outro despacho, Moraes também encaminhou à PGR o pedido de Mário Fernandes para realizar visita íntima com sua mulher, já castrada no sistema prisional, fixando igualmente prazo de cinco dias para manifestação.

Marcelo Costa Câmara recebeu pena definitiva de 21 anos, em regime inicial fechado. Após o trânsito em julgado, o STF determinou que o Ministério Público Militar e o Superior Tribunal Militar analisem eventual perda de posto e patente por indignidade do oficialato. O coronel foi acusado de coordenar ações de monitoramento e planos de execução de autoridades, em conjunto com Mário Fernandes, no âmbito do Plano Punhal Verde e Amarelo, além de fazer interlocução com lideranças ligadas aos atos de 8 de janeiro de 2023.Já Mário Fernandes foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado e dano qualificado ao patrimônio da União. Segundo a denúncia, ele teria assumido a autoria do Plano Punhal Verde e Amarelo, que previa matar Alexandre de Moraes, o presidente Lula (PT) e o vice Geraldo Alckmin (PSB).

ABERTURA DO JUDICIÁRIO

Em fala no STF, Lula diz que o Brasil é maior que golpistas

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Na cerimônia que abriu os trabalhos do Judiciário em 2026 ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exaltou o julgamento por tentativa de golpe de Estado que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro, militares e políticos aliados.

Lula afirmou que começa o ano com a confiança e a esperança renovadas porque “as instituições cumpriram seu papel”.

“Esperança porque o Brasil demonstrou mais uma vez que é muito maior do que quaisquer golpistas ou traidores da pátria”, disse o presidente, que lembrou ainda que o Brasil sofreu, em 2025, ataques externos.

“O Brasil respondeu com altivez, com base no direito internacional, com a força de suas instituições e, sobretudo, com a legitimidade conferida pelo povo. Reafirmamos que nenhuma nação se constrói sob tutela, e que a democracia brasileira não se curva a pressões e intimidações de quem quer que seja”, afirmou.

Lula citou ainda os riscos da desinformação para eleições de 2026; disse que as operações contra criminosos ricos pela Polícia Federal (PF) devem continuar e antecipou o lançamento de um pacto entre os poderes para combater o feminicídio previsto para ser lançado na amanhã.

TRAMA GOLPISTA

O presidente Lula destacou que o Judiciário tem sido o guardião da Constituição e do voto popular e negou que o STF tenha buscado qualquer protagonismo ou que tenha tomado atribuições de outros poderes.

“Por agir de acordo com as leis, ministros e ministros dessa Suprema Corte enfrentaram toda sorte de pressões e até ameaças de morte. Mesmo assim, não fugiram de seu compromisso constitucional”, lembrou.

O presidente ponderou que a ação penal da trama golpista representou um marco histórico na democracia brasileira, que

saiu mais fortalecida da tentativa de golpe de Estado liderada por autoridades e militares do governo anterior.

“A condenação dos golpistas deixou uma mensagem clara: Os responsáveis por qualquer futura tentativa de ruptura democrática serão punidos com o rigor da lei”, acrescentou.

FEMINICÍDIOS

Outro tema destacado pelo presidente na cerimônia no STF foi o Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, que deve ser formalizado na próxima quarta-feira, entre os Três Poderes.

“Mais que um Pacto entre Executivo, Legislativo e Judiciário, esse precisa ser um pacto que envolva toda a sociedade brasileira. Um pacto que envolva, sobretudo, os homens deste país. Que precisam entender que não são donos de ninguém”, afirmou.

Além da punição contra agressores e assassinos de mulheres, Lula defendeu a educação dos meninos do Brasil.

“E conscientizar os homens de que nada, absolutamente na-

da, justifica qualquer forma de violência contra meninas e mulheres. Seja na realidade ou no ambiente digital”, acrescentou.

ELEIÇÕES DE 2026

Ainda no discurso no STF, o presidente Lula alertou para os riscos da tecnologia para as eleições de 2026 e defendeu o papel do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para coibir abusos.

Lula citou casos de disparo em massa de fake news, uso indevido de algoritmos das plataformas digitais, contratação de influencers para atacar adversários e utilização de Inteligência Artificial (IA) para falsificar fotografias, áudios e vídeos, “produzindo realidades paralelas”.

“Democracias ao redor do mundo enfrentam frequentes tentativas de manipulação da opinião pública, com o uso de novas tecnologias. E uma mentira repetida mil vezes tem o poder de influir em resultados eleitorais”, disse.

O presidente defendeu que a justiça brasileira possa trabalhar para inibir os crimes eleitorais no ambiente digital e ressaltou que a pirataria eleitoral é um fe-

nômeno mundial.

“O Brasil precisa estar preparado. A Justiça Eleitoral deve ser capaz de agir com rigor, velocidade e precisão. Deve contar com modernas ferramentas tecnológicas, para que a vontade popular prevaleça”, completou.

CARBONO OCULTO

O presidente ainda destacou a operação da Polícia Federal chamada Carbono Oculto, que desarticulou esquemas de lavagem de dinheiro do crime organizado por meio de postos de combustíveis e empresas do mercado financeiro.

“A Polícia Federal e a Receita Federal chegaram aos mandantes do crime organizado: Magnatas do crime, que vivem no andar de cima, que não estão nas comunidades, e sim em alguns dos endereços mais nobres no Brasil e no exterior”, disse.

Lula acrescentou que não importa onde os criminosos estejam, nem o tamanho de suas contas bancárias. “A Polícia Federal está aprofundando as investigações. E todos pagarão pelos crimes que cometeram”, completou.

ALCOLUMBRE

Presidente do Senado prega convivência pacífica entre poderes

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), fez um apelo por paz e responsabilidade no diálogo político, ao abrir o ano legislativo em sessão solene ontem. O ato marca a retomada dos trabalhos tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Última a autoridade a discursar entre as presentes, Alcolumbre fez um discurso de tom mais político do que programático, em que defendeu maturidade no convívio entre as diferenças.

“Precisamos, mais do que nunca, de diálogo, de bom senso e de paz. Paz entre os grupos que defendem ideologias diferentes. Paz entre as instituições nacionais, paz entre os Poderes da República”, apontou.

Em seguida, no entanto, ele observou que defender a paz não

significa abrir mão do Estado de Direito e das prerrogativas parlamentares.

“Defender a paz nunca foi nem nunca será sinônimo de omissão. Nosso desejo de paz não significa que tenhamos medo de luta. Nossa luta é e sempre será em defesa de todos os brasileiros. Nossa luta é pelo Estado de Direito, nossa luta é pelas prerrogativas parlamentares e pela autoridade do Congresso Nacional brasileiro. Desses valores e dessas batalhas nós jamais abriremos mão”.

O presidente do Senado argumentou que a força do Brasil está na diversidade, tanto de origens, de ideias, quanto de culturas e de visões de mundo.

“Essa diversidade nos desafia, mas também no enriquece enquanto sociedade, mas, sobretudo, enquanto nação. O dissenso faz parte da democracia, a discordância faz parte da política. O

debate faz parte da vida pública, mas precisamos afirmar com responsabilidade: o dissenso não pode se transformar em ódio, a discordância não pode jamais se transformar em violência”.

Alcolumbre afirmou também que quando há tensões no Brasil é no Poder Legislativo que o país se recompõe.

“Seguiremos sendo espaço legítimo de mediação política, onde as diferenças convivem com respeito e responsabilidade. Este é o compromisso que assumo como presidente do Congresso Nacional: não ampliar conflitos, mas ajudar a resolvê-los. Não estimular extremismos, mas construir consensos possíveis. Não fugir das tensões próprias da vida democrática, mas tratá-las com seriedade e, sobretudo, com maturidade”.

Por fim, Alcolumbre afirmou que Congresso Nacional exercerá suas atribuições com indepen-

dência, sempre buscando seu diálogo com o Executivo e o Judiciário.

“Cada Poder tem a sua função, cada Poder o seu papel. É do respeito mútuo entre ele que nasce a estabilidade que o Brasil precisa”.

Do trabalho legislativo em si, o presidente do Congresso fez uma menção à isenção do imposto de renda (IR) para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil, que entrou em vigor este ano. Segundo ele, isso foi o enfrentamento de uma distorção histórica.

“Estamos falando, efetivamente, de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que sentem todo dia o peso de cada conta, cada compra e cada prestação. Ao garantir essa isenção, o Congresso Nacional brasileiro fez uma escolha clara: proteger quem vive do salário e cobrar um pouco mais de quem naturalmente pode mais”.

Nota

PEDRO TURRA, EX-PILOTO QUE DEIXOU ADOLESCENTE EM COMA, É TRANSFERIDO PARA A PAPUDA

Segundo a Polícia Civil do Distrito Federal, Pedro Turra foi transferido para o Centro de Detenção Provisória da Papuda na tarde desta segunda-feira. O ex-piloto foi preso na última sexta-feira, acusado de espancar adolescente de 16 anos e deixá-lo em coma por conta de uma desavença envolvendo um chiclete arremessado. Uma série de golpes teriam sido deferidos pelo ex-piloto na cabeça da vítima, o que causou traumatismo. O adolescente precisou fazer uma cirurgia

no crânio. Ainda internado, ele não tem previsão de alta. Turra havia sido preso logo após cometer o crime, mas foi solto após pagar fiança de R\$ 24,3 mil. Procurado, o advogado de defesa de Turra, Daniel Kaefer, afirma que não teve acesso aos autos ou inquéritos policiais para fazer qualquer comentário sobre os fatos anteriores. A prisão na última sexta-feira foi realizada por prevenção, segundo o delegado responsável, Pablo Aguiar, da 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires). Em coletiva de imprensa, ele afirmou que Turra foi preso após agentes reunirem depoimentos de outras vítimas que comprovaram o histórico de violência do agressor.

COMPORTAMENTO

Cármén Lúcia será relatora de Código de Ética do STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, anunciou ontem que a ministra Cámen Lúcia (**foto**) será relatora da proposta de criação de um código de ética para os integrantes da Corte.

Fachin discursou durante a sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2026, cerimônia que marca a abertura dos trabalhos após o período de recesso. O ministro disse que as instituições têm desafios para se manterem íntegras e com legitimidade.

"Momentos de adversidade exigem mais do que discurso, pedem responsabilidade institucional, clareza de limites e fidelidade absoluta à Constituição da República."

O presidente do STF afirmou que os ministros "respondem pelas escolhas que fazem" e que o momento é de "autocorreção".

Diante da resistência interna de ministros que são contra a aprovação de regras para regular a conduta da Corte, Fachin prometeu que buscará o diálogo com os colegas pela aprovação do texto.

"Vamos caminhar juntos na construção do consenso no âmbito desse colegiado. Impende dialogar e construir confiança pública, porque nessa reside a verdadeira força do Estado Democrático de Direito", afirmou durante a solenidade.



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

A cerimônia foi acompanhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além de outras autoridades.

BANCO MASTER

O anúncio sobre a criação de um código de ética para o STF ocorre após membros da Corte serem criticados publicamente pela condução das investigações envolvendo as fraudes no Banco Master.

No mês passado, o ministro Alexandre de Moraes negou ter

participado de um encontro com o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, no primeiro semestre de 2025, na casa do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O suposto encontro foi noticiado pelo Portal Metrôpoles e teria ocorrido em meio ao processo de tentativa de compra do Master pelo BRB. Em nota à imprensa, Moraes classificou a reportagem como "falsa e mentirosa".

Antes da liquidação do Master pelo Banco Central, o escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do

ministro, prestou serviços ao banco de Vorcaro.

No início deste mês, o ministro Dias Toffoli passou a ser criticado por permanecer na condição de relator do caso após matérias jornalísticas informarem que a Polícia Federal encontrou irregularidades em um fundo de investimento ligado ao Banco Master. O fundo comprou uma participação no resort Tayayá, localizado no Paraná, que era de propriedade de familiares do ministro.

Fachin também foi criticado por divulgar uma nota à imprensa para defender a atuação de Toffoli.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Estátua em homenagem a Iemanjá é depredada em Teresina

GABRIEL CORRÊA/ABRASIL

Nesta segunda-feira, 2 de fevereiro, é celebrado em todo o país o Dia de Iemanjá. Mas em Teresina, a data foi marcada por um ataque ao monumento dedicado à orixá das águas e da fertilidade nas religiões de matriz africana, em mais um caso que expõe a intolerância religiosa.

A estátua de Iemanjá que fica na Avenida Marechal Castelo Branco, próxima ao centro da capital piauiense, foi vandalizada no domingo passado. O monumento era coberto por um vidro, que foi estilhaçado. A estátua teve os dedos arrancados.

O ataque foi denunciado por representantes dos povos de matriz africana. Rondinele Santos, da Associação Santuário Sagrado Pai João de Aruanda, esteve no local e cobrou responsabilização dos autores do crimes.

"Enquanto a gente não tiver algo punitivo de fato, a gente

vai continuar sofrendo intolerância religiosa. É preciso pensar ações de combate à intolerância religiosa no nosso estado, e para além disso, ações que cheguem na ponta, principalmente na questão educacional."

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado, o caso de vandalismo está sob responsabilidade da Delegacia de Proteção aos Direitos Humanos.

Estão sendo analisadas imagens do sistema de videomonitoramento urbano, assim como câmeras privadas da região. O objetivo é identificar o criminalmente o autor, além de apurar a responsabilidade pela reparação do dano ao patrimônio público.

Assim como ocorre em várias cidades brasileiras, foi mantido para a tarde desta segunda-feira, às 16h, o encontro no mesmo monumento de Iemanjá, para celebrar a data e reforçar o combate à intolerância religiosa, que é crime.

HOMENAGEM A LULA

Técnicos do TCU defendem barrar R\$ 1 mi para escola no Rio

JOÃO PEDRO BITENCOURT

O quadro técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a suspensão de um repasse federal de R\$ 1 milhão destinado à escola de samba Acadêmicos de Niterói, que levará ao Sambódromo um enredo em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Carnaval de 2026. A sugestão de medida cautelar ainda precisa ser chancelada pelo relator do caso, ministro Aroldo Cedraz.

O valor faz parte de um patrocínio de R\$ 12 milhões firmado pela Embratur com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), que previa R\$ 1 milhão para cada integrante do Grupo Especial. Na avaliação da área técnica, há indícios de que o repasse pode configurar desvio de finalidade e violar os princípios da impessoalidade, moralidade administrativa e indisponibilidade do interesse público, sobretudo por envolver homenagem a um presidente que deverá disputar a reeleição em 2026.

A recomendação foi emitida após representação de parlamentares do Partido Novo, que questionaram o acordo. Os auditores afirmam que há risco de uso de recursos públicos para promoção pessoal de autoridade pública em ano eleitoral.

Os congressistas chegaram a pedir que o TCU impedisse a escola de desfilar com o enredo ou, alternativamente, determinasse a devolução dos recursos. A unidade técnica rejeitou interferência no conteúdo artístico por entender que isso violaria a liberdade de expressão, mas considerou cabível bloquear o dinheiro enquanto o mérito é analisado.

"O que está em jogo é o uso de dinheiro público para fins que podem caracterizar promoção política e desvio de finalidade, o que a Constituição e a lei vedam de forma expressa. Não se trata de censura ou interferência no conteúdo cultural Carnaval", disse o deputado Luiz Lima (Novo-RJ), um dos autores da representação.

A instrução do TCU também apontou falhas formais no termo de colaboração entre Embratur e Liesa. No anexo que lista as escolas beneficiárias, aparece a Unidos de Pa-

dre Miguel, que foi rebaixada em 2025 e hoje está fora do Grupo Especial, enquanto a Acadêmicos de Niterói não consta na relação, embora seja integrante da primeira divisão em 2026. Para os técnicos, isso pode contrariar o próprio objeto do acordo e gerar questionamentos sobre isonomia.

O processo agora segue para o gabinete de Aroldo Cedraz, que decidirá se concede a cautelar e se determinará oitivas da Embratur, do Ministério da Cultura (MinC), da Liesa e das escolas envolvidas antes do julgamento de mérito.

Segundo o documento do TCU, o Termo de Colaboração foi assinado formalmente apenas entre Embratur e Liesa; o Ministério da Cultura aparece como interveniente em nota pública, mas essa condição não consta do instrumento contratual.

Caso a cautelar seja acolhida pelo relator, Embratur e MinC terão 15 dias para explicar as supostas irregularidades, esclarecer se o repasse à Liesa já foi efetuado e detalhar o papel do ministério no acordo. No mesmo prazo, a Liesa deverá informar se recebeu ou utilizou valores do termo e apresentar extratos da conta específica aberta para o convênio, enquanto a Acadêmicos de Niterói e a Unidos de Padre Miguel terão 15 dias para dizer se receberam ou se lhes foi prometido algum recurso federal vinculado ao Carnaval de 2026.

HOMENAGEM A LULA

Estreante no Grupo Especial, a Acadêmicos de Niterói levará à Avenida o enredo "Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil", que pretende retratar a infância do presidente em Pernambuco e sua trajetória até o Planalto. A escola foi fundada há quatro anos.

Como mostrou a Coluna do Estadão, Lula confirmou a aliados que irá ao Rio no domingo de carnaval, 15 de fevereiro, para assistir ao desfile da escola.

O prefeito Eduardo Paes ofereceu dois camarotes da prefeitura do Rio para Lula, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e convidados, na Marquês de Sapucaí. O presidente também estará acompanhado de ministros e parlamentares. O carnaval deve selar a aliança Lula-Paes no Rio.

ANO ELEITORAL

Cármén Lúcia: 2026 vai exigir que juízes eleitorais sejam mais rigorosos

LAVÍNIA KAUCZ
E GABRIEL DE SOUSA/AE

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármén Lúcia, afirmou em discurso na abertura do ano judiciário na Corte Eleitoral que o ano de 2026 vai exigir que os juízes tenham "comportamentos mais rigorosos", além de uma maior transparência.

"É um ano de eleição geral no qual questões específicas impõem a nós, juízas e juízes eleitorais, comportamentos mais rigorosos em nossas condutas, e transparentes em nossas ações, motivações e decisões", afirmou

Cármén.

A ministra disse ainda que é preciso agir com rigor contra "qualquer tipo de desvio ético", e que os membros do TSE devem considerar que todo tipo de transgressão é uma prática institucional.

De acordo com a presidente do TSE, o eleitorado espera que os juízes eleitorais atuem de forma honesta, independente de pressões e prezando pela imparcialidade.

Cármén disse ainda que o Judiciário tem um compromisso com a legalidade, e não com interesses de partes. Segundo ela, é preciso "atuar de forma que os ci-

dadãos saibam clara e facilmente o que estamos decidindo".

A presidente declarou que todos os seres humanos possuem o direito de ter "sossego cívico", e que isso virá através da confiança na magistratura que, segundo ela, é o que legitima o Poder Judiciário.

A ministra afirmou que os direitos de privacidade e à intimidade não devem afastar a exigência da transparência na atuação de juízes. Cármén declarou que é necessário que todos os comportamentos públicos e particulares dos magistrados não "suscitem dúvidas" na população.

"O mistério é incompatível

com a República. A proteção aos direitos constitucionais à privacidade e à intimidade das pessoas não afasta e nem diminui a exigência de igualmente se assegurar a transparência da atuação de magistrados e magistradas", disse Cármén.

A declaração de Cármén é semelhante aos sinais dados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, durante a abertura do ano judiciário na Corte. Fachin insistiu na edição de um código de ética para orientar a conduta dos ministros. Para ele, é uma das formas de garantir que o tribunal recupere sua credibilidade.

PGR

Gonet diz que apesar de mal-entendidos, confiança no STF deve ser recompensada

LAVÍNIA KAUCZ, GABRIEL
HIRABAHASI E GABRIEL
DE SOUSA/AE

O procurador-geral da República, Paulo Gonet (**foto**), disse que a confiança no Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser retomada apesar dos "inevitáveis percalços por mal-entendidos". Ele discursou na cerimônia de abertura do ano judiciário ontem.

"A História da Corte no Brasil democrático, a altivez e a dedicação deste Plenário asseguram que, malgrado os inevitáveis percalços por mal-entendidos, a confiança no Tribunal há de, mais uma vez, resultar recompensada", disse o PGR.

A solenidade reúne os chefes dos Três Poderes em meio à crise de imagem envolvendo a atuação da Corte na investiga-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

ção do Banco Master e às discussões sobre a criação de um código de conduta para os magistrados. O presidente da Cor-

te, Edson Fachin, tem atuado para convencer os colegas a aprovar o código, que enfrenta resistência interna.

Calote financeiro

ONU alerta para colapso financeiro sem reformas

PEDRO LIMA/AE

A Organização das Nações Unidas enfrenta risco de "colapso financeiro iminente" sem mudanças urgentes em suas regras orçamentárias ou o pagamento integral das contribuições de todos os países-membros, alertou o secretário-geral da ONU, António Guterres, em carta enviada às 193 nações.

Os recursos para o orçamento regular podem se esgotar até julho, o que afetaria de forma significativa as operações da ONU. "Ou todos os Estados-membros honram suas obrigações de pagar integralmente e em dia ou precisarão reformar fundamentalmente nossas regras financeiras para evitar um colapso financeiro iminente", escreveu.

Embora não cite países nominalmente, a crise ocorre em meio ao não pagamento das contribuições obrigatórias pelos EUA, tradicionalmente o maior doador da organização. O presidente Donald Trump tem afirmado repetidamente que a ONU "tem potencial", mas "não esteve à altura", e seu governo retirou o país de organismos como a Organização Mundial da Saúde e a Unesco, além de cortar recursos de dezenas de outros.

De acordo com autoridades

da ONU, os EUA devem US\$ 2,196 bilhões ao orçamento regular, incluindo US\$ 767 milhões referentes a este ano e a exercícios anteriores. O país também deve US\$ 1,8 bilhão ao orçamento separado das operações de paz, valor que tende a aumentar. O segundo maior inadimplente é a Venezuela, com US\$ 38 milhões em atraso. O país já perdeu o direito de voto na Assembleia Geral por estar há dois anos sem pagar as contribuições.

Guterres afirmou que a ONU encerrou 2025 com um recorde de US\$ 1,568 bilhão em contribuições pendentes, mais que o dobro do registrado no fim de 2024. Com isso, as reservas de liquidez estão praticamente esgotadas e, sem melhora significativa nos pagamentos, a organização não conseguirá executar o orçamento regular de US\$ 3,45 bilhões para 2026.

O secretário-geral voltou a criticar uma regra que obriga a ONU a devolver recursos não utilizados aos países-membros mesmo quando o dinheiro não foi recebido. "Não posso exagerar a urgência da situação que enfrentamos agora", disse. "Não podemos executar orçamentos com recursos não arrecadados, nem devolver fundos que nunca recebemos."

EUA

Agentes do ICE são identificados como assassinos de Alex

Dois agentes do Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) foram identificados como os responsáveis pela morte do enfermeiro Alex Pretti em Minneapolis no dia 24 de janeiro, segundo informações da agência americana ProPublica.

De acordo com documentos governamentais, Jesus Ochoa, um agente da Patrulha de Fronteira, e Raymundo Gutierrez, agenda do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) atiraram em Pretti durante uma operação na capital do Estado americano de Minnesota.

A morte de Pretti renovou os pedidos por investigações criminais sobre a atuação do ICE e fez o governo Trump diminuir o tom sobre as operações, apesar da divulgação de informações falsas sobre o incidente.

Além do enfermeiro, agentes do ICE também mataram Renee Good, uma mãe de 37 anos, em Minneapolis no dia 7 de janeiro.

Protestos

A morte de Pretti e o segredo em torno das identidades dos agentes aumentaram a oposição dos americanos em relação às políticas de imigração do governo Trump e elevaram o número de protestos. Apesar do republicano ter sido eleito com uma plataforma de deportações e fechamento de fronteira para imigrantes ilegais, a maioria dos americanos não aprova a atuação do ICE, segundo pesquisas.

De acordo com um levantamento da Reuters/Ipsos de 26 de janeiro mostra que apenas 39% dos americanos aprovam o trabalho de Trump em relação à imigração, contra 50% há um ano.

O escrutínio aumentou depois que um memorando do ICE na semana passada apontou que os agentes poderiam prender pessoas sem manda-

do judicial.

A mudança amplia a capacidade de agentes de níveis mais baixos do ICE de realizarem operações de varredura, detendo pessoas que encontram e que suspeitam estar em situação migratória irregular, em vez de ações direcionadas, nas quais os agentes saem com um mandado em mãos para prender um indivíduo específico

Políticos

As operações do ICE têm sido alvo de críticas de políticos democratas e também republicanos, que pedem uma investigação completa e transparente sobre o assassinato de Pretti, que tinha 37 anos e trabalhava como enfermeiro na unidade de terapia intensiva de um hospital.

O Departamento de Segurança Interna dos EUA apontou que os dois agentes que atiraram no enfermeiro foram colocados de licença.

Segundo a ProPublica, Ochoa entrou no CBP em 2018 como agente de patrulha de fronteira, enquanto Gutierrez começou a trabalhar na agência em 2014.

Operações

Políticos de ambos os partidos também criticaram a secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, e alguns chegaram a pedir a sua renúncia.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, optou por manter Noem em seu cargo, mas mudou as operações em Minnesota. Trump afirmou que iria "desescalar um pouco" a situação em Minneapolis e enviou seu czar da imigração, Tom Homan, para comandar os agentes do ICE em Minneapolis.

O comandante da Patrulha da Fronteira, Greg Bovino, foi retirado do cargo. Bovino é "muito bom, mas um pouco impulsivo", acrescentou Trump na entrevista à Fox News.

Candidatura

Lula apoia Michelle Bachelet para secretária-geral da ONU

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo brasileiro vai apoiar a candidatura da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet para secretária-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em publicação nas redes sociais, nesta segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, em oito décadas de história, é hora de a organização "finalmente" ser comandada por uma mulher.

De acordo com Lula, a trajetória de Bachelet é marcada pelo pioneirismo. Na publicação, ele destacou seu currículo, como a primeira mulher a presidir o Chile, por duas vezes, e a primeira a ocupar os cargos de ministra da Defesa e da Saúde em seu país. Lembrou ainda que ela exerceu funções de alto nível no sistema multilateral.

"No sistema das Nações Unidas, teve papel decisivo na criação e consolidação da ONU Mulheres, como sua primeira diretora-executiva, dando escala institucional à agenda da igualdade. Como alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, trabalhou para proteger os mais vulneráveis, avançar no reconhecimento do direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável, e dar voz a quem mais precisa ser ouvido", escreveu Lula.

"Sua experiência, liderança e compromisso com o multilateralismo a credenciam para conduzir a ONU, em um contexto internacional marcado por con-



RICARDO STUCKERT/PR

flitos, desigualdades e retrocessos democráticos", completou o presidente brasileiro.

Atualmente, o português António Guterres comanda o secretariado das Nações Unidas. Ele foi reeleito em 2021 para um segundo mandato de 5 anos (2022-2026), após iniciar sua gestão em janeiro de 2017. O novo secretário-geral assume o cargo em 1º de janeiro de 2027.

Apoio conjunto

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores explicou que a candidatura de Bachelet foi apresentada formalmente, ontem, pelos governos do Chile, do Brasil e do México.

América Central

Direitista Laura Fernández é eleita presidente da Costa Rica

GEOVANNA HORA/AE

A cientista política Laura Fernandez, do Partido Soberano do Povo, venceu as eleições presidenciais da Costa Rica, realizadas no domingo passado. Segundo o Tribunal Supremo Eleitoral do país, com 93,7% das urnas apuradas, Laura tinha 43,3% dos votos, enquanto o economista Álvaro Ramos, do Partido de Libertação Nacional, tinha 33,4% - para garantir a vitória no primeiro turno, era necessário obter ao menos 40% dos votos.

A costa-riquenha tem 39 anos e nasceu em Puntarenas, uma das províncias mais pobres do país. Ela é graduada em Ciências Políticas pela Universidade

da Costa Rica e se tornou apenas a segunda mulher eleita para o cargo máximo do Poder Executivo.

Antes de chegar a presidência, ela foi ministra do Planejamento Nacional e Política Econômica entre 2022 e 2025 e ministra da Presidência de 2024 a 2025, durante o governo de Rodrigo Chaves, do Partido Progressista Social Democrata. Ela deixou os cargos para disputar a eleição e é vista como herdeira política de Chaves.

Apesar de ser um dos países mais pacíficos da América Central, a Costa Rica vem enfrentando um aumento da criminalidade nos últimos anos, com crescimento de 50% na taxa de homi-

cídios em seis anos. O combate à violência se tornou uma das principais bandeiras da campanha de Laura, que defende o endurecimento da política de segurança pública, inspirado no presidente de El Salvador, Nayib Bukele.

Bukele adotou ações duras contra gangues, com estados de emergência e prisões em massa - abordagem alvo de críticas por violações de direitos humanos. Ele foi um dos primeiros líderes a parabenizar Laura pela vitória e afirmou desejar "o maior sucesso em seu governo e tudo de bom para a querida nação irmã da Costa Rica". Assim como Bukele fez em El Salvador, Laura prometeu concluir a construção

de uma megaprisão para criminosos perigosos e decretar estados de emergência em áreas com altos índices de violência.

Em seu primeiro discurso como presidente eleita, Laura afirmou que sua vitória representa um voto "pela continuidade da mudança". "A Costa Rica votou pela continuidade da mudança, uma mudança que busca apenas resgatar e aperfeiçoar nossas instituições democráticas e devolvê-las a vocês, ao povo soberano, para criar mais bem-estar e prosperidade para o nosso povo", disse.

"O mandato que o povo soberano me confere é claro: a mudança será profunda e irreversível", acrescentou.

Groenlândia

Premier diz que EUA ainda querem controlar e governar o território

PEDRO LIMA/AE

O primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen (**foto**), afirmou que os Estados Unidos continuam defendendo que o território seja ligado a Washington e governado a partir de lá, apesar de recuos recentes no discurso sobre o uso da força.

Em declaração oficial sobre a situação do país dada ao Parlamento, o chefe do governo groenlandês disse que a posição americana "permanece inalterada" e que o objetivo segue sendo o mesmo desde 2019. "De forma resumida, a mensagem e o objetivo são: a Groenlândia será possuída pelos Estados Unidos e passará a ser governada por eles", afirmou. Segundo o premiê, embora



WIKIPÉDIA

tenha havido um afastamento explícito da hipótese de uma tomada militar, "a visão sobre a Groenlândia e sobre seu povo não mudou". Ele afirmou que Washington continua buscando caminhos políticos e econômicos para exercer controle sobre o território, tratado como ativo

estratégico. O primeiro-ministro classificou essa postura como "inaceitável" e disse que o governo tem intensificado esforços diplomáticos para proteger a soberania da Groenlândia. "A Groenlândia que conhecemos não pode ser comprada, vendida ou negociada", afirmou,

acrescentando que o futuro do território "só pode ser decidido por seu próprio povo".

O líder groenlandês disse ainda que declarações reiteradas de autoridades e assessores próximos ao presidente dos EUA, Donald Trump, têm alimentado insegurança na população. "Isso gerou grande preocupação entre crianças, adultos e idosos, que passaram a viver sem saber o que pode acontecer no dia seguinte", afirmou.

Segundo ele, o governo seguirá atuando em coordenação com a Dinamarca, a União Europeia (UE) e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para assegurar que "as fronteiras, a autodeterminação e o direito internacional sejam plenamente respeitados".